



MEMÓRIA DE CÁLCULO

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

Item A – Data de apresentação da proposta (28/07/2022) Etapa de lance ocorrida no dia 26/07/2022.

Item B – Município/UF – Informamos que os municípios dos locais da prestação de serviços estão vinculado ao Edital e termo de referência, e discriminados em cada planilha de composição de custos.

Item C – Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo/Ano
Informamos que as convenções coletivas de cada município dos locais da prestação de serviços estão discriminados em cada planilha de composição de custos, bem como a data base e o CBO da categoria.

Item D – Nº de meses de execução contratual – 12 meses de execução contratual, de acordo com o Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item A – Tipo de Serviço – estão discriminados em cada planilha de composição de custos.

Item B – Unidade de medida – estão discriminados em cada planilha de composição de custos.

Item C – Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) – estão discriminados em cada planilha de composição de custos a quantidade a ser contratada em função da unidade de medida, de acordo com o Termo de Referência.

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Item 1 – Tipo de Serviço – – estão discriminados em cada planilha de composição de custos.



Item 2 – Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – estão discriminados em cada planilha de composição de custos.

Item 3 – Salário Normativo da Categoria Profissional – estão discriminados em cada planilha de composição de custos o salário normativo da categoria profissional.

Item 4 – Categoria profissional – estão discriminados em cada planilha de composição de custos

Item 5 – Data-base da categoria – Informamos que todas as data-base das categorias, previstas nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos, ocorre em primeiro de janeiro de cada ano, neste processo foi utilizado a data base (01/01/2022).

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Este módulo refere-se ao salário-base devido ao empregado pela prestação mensal do serviço, acrescido dos adicionais previstos em lei ou em acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Item A – Salário-Base – Informamos que foi utilizado, o valor do salário normativo estabelecido na convenção coletiva da categoria correspondente a cada cidade e nos casos onde ocorre a duração do trabalho em regime de tempo parcial, cuja duração compreenda 30 (trinta) horas semanais, o salário-base informado foi proporcional à jornada mensal de 150 horas.

Item B – Adicional de Periculosidade – Previsto em legislação ou convenção coletiva para trabalhos que impliquem condições de risco à saúde ou integridade física do trabalhador (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 193 e 194 da CLT). Incidirá sobre o salário-base o percentual de 30%. Cálculo = 30% x Salário-Base – **Não se aplica no processo em questão.**



Item C – Adicional de Insalubridade – Previsto em legislação e convenção coletiva para operações que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância considerados adequados. (art. 7º, XXIII da CF/88; arts. 189 a 192 da CLT), bem como regras definidas onde ocorrem as limpezas dos banheiros de grande circulação, conforme estipulados nas CCTs.

Deverá ser observada a indicação dos postos insalubres constante no Termo de Referência. Caso contrário, será necessário apresentar laudo de perícia técnica que comprove o efetivo contato do trabalhador com agentes biológicos capazes de ensejar o enquadramento da atividade como geradora do adicional de insalubridade.

Incidirá sobre o salário mínimo o nacional exceto para Juiz de Fora, que é calculado sobre o salário normativo da categoria expressamente estabelecido na convenção coletiva, o percentual de:

a) 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;

Cálculo = 40% (a depender do grau de insalubridade) x Salário mínimo (nacional ou regional) ou piso da categoria expressamente estabelecido em convenção coletiva, aplicado proporcionalmente as horas de trabalho efetivo **(O pagamento do adicional de insalubridade deverá ser feito observando-se a proporcionalidade da jornada efetivamente laborada na condição insalubre, eis que se trata de salário-condição)**. Neste caso fizemos aplicação da proporcionalidade sobre 2 horas diárias de trabalho na condição insalubre para todos os postos que sofrem tal incidências.

Forma de cálculo: Posto 30 horas (Salário Mínimo x 40% x 33,33%(2 horas por dia x 5 dias na semana = 10 horas semanais dividido por 30 horas semanais = 33,33%))

Posto 44 horas (Salário Mínimo x 40% x 22,73%(2 horas por dia x 5 dias na semana = 10 horas semanais dividido por 44 horas semanais = 22,73%))

Obs.: O trabalhador que fizer jus ao adicional de periculosidade e de insalubridade deverá optar por um dos adicionais.

Item D – Adicional Noturno – Não se aplica neste processo.



Item E – Adicional de Hora Noturna Reduzida – Não se aplica neste processo.

Item F – Outros (Gratificação / Acúmulo de função) – Cotado em conformidade com as regras da convenção coletiva, sendo 12% sobre o salário contratado, respeitado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, adicional este a incidir sobre as horas efetivamente trabalhadas na função acumulada, acrescido dos respectivos reflexos, sendo que na unidade de Juiz de Fora, tendo em vista que a CCT não trata de nenhum pagamento adicional adotamos por analogia o mesmo percentual das demais convenções, sem a proporcionalidade, sendo que, na homologação do processo iremos firmar acordo coletivo junto a este sindicato. Informamos ainda que, a previsão nas planilhas foi proporcional as horas de possível trabalho na função de copeiragem, sendo estimado na nossa experiência o tempo de 3 horas diárias para cada posto nesta condição.

Forma de cálculo: Posto 30 horas (Salário contratado x 12% x 50,00%(3 horas por dia x 5 dias na semana = 15 horas semanais dividido por 30 horas semanais = 50,00%))

Posto 44 horas (Salário contratado x 12% x 34,09%(3 horas por dia x 5 dias na semana = 15 horas semanais dividido por 44 horas semanais = 34,09%))

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

Item A – 13º (décimo terceiro) Salário – Corresponde à gratificação natalina (art. 7º, VIII da CF/88; Lei nº 4.090/1962; Lei nº 4.749/1965; Decreto 10.854/2021). Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1). Cálculo = $(1/11) \times 100 = 9,09\%$

Item B – Adicional de Férias – Corresponde ao adicional de no mínimo 1/3 da remuneração do empregado (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT), observadas as disposições mais vantajosas previstas na convenção coletiva da categoria. Incidirá sobre o Total da Remuneração (Módulo 1).



$$\text{Cálculo} = [(1/3) / 11] \times 100 = 3,03\%$$

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

São os percentuais estabelecidos pela legislação vigente e incidem sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e o Total do 13º salário e do Adicional de Férias (Submódulo 2.1).

ITEM	%	FUNDAMENTO
A - INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82.
C - SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (RAT X FAP)	Variável	Art. 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91, Decreto n.º 3.048/99 e Decreto n.º 6.957/2009.
D - SESC ou Sesi	1,50%	Art. 30º, Lei n.º 8.036/90 e art. 1º da Lei nº 8.154/90.
E - SENAI - SENAC	1,00%	Decreto n.º 2.318/86.
F - SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.
G - INCRA	0,20%	Art. 1º, Inciso I, Decreto-Lei nº 1.146/70.
H - FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88.

Nota 1 - O Seguro Acidente de Trabalho consiste na multiplicação do RAT (Risco Ambiental de Trabalho) e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

RAT = percentual que mede o risco da atividade econômica, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da atividade preponderante desenvolvida pela empresa. Será de 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3%, para risco grave (Anexo I, da IN RFB 971/2009).

FAP = multiplicador que afere o desempenho da empresa relativamente aos acidentes de trabalho ocorridos. Assim foi aplicado o FAP (Anexo) de 1,1234 sobre 3% referente



ao código CNAE de nossa atividade preponderante conforme comprovação anexa (Cartão CNPJ).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Item A – Transporte – Corresponde ao valor referente aos custos de transporte do empregado, pago pelo empregador, por meio de transporte próprio ou por meio de fornecimento de vales-transportes (Art. 458, § 2º, III da CLT; Lei 7.418/85; Decreto 10.854/2021). Será observado na contratação se há transporte público municipal na localidade e se houve efetiva opção do empregado pelo benefício. Nas planilhas de custos foi informado o valor da tarifa correspondente a cada, por dia efetivamente trabalhado, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 6% de seu salário-base.

Cálculo = (Valor Unitário da Passagem do Município x Quantidade de passagens por dia x Total de dias trabalhados no mês) – (6% x Salário-Base). Considerando 365 dias do ano e 250 dias úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

- 21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.

Item B – Auxílio-Refeição/Alimentação – Corresponde ao valor referente aos custos de alimentação do empregado pago pelo empregador, por dia/mês efetivamente trabalhado, conforme disposições da convenção coletiva (Art. 458, §§ 2º e 3º da CLT; Lei 6.321/76; Art. 2º, § 1º, art. 6º do Decreto 5/1991), bem como valores determinados em cada instrumento coletivo correspondente à cada cidade.

Nas planilhas de custos foi informado o valor do custo real do benefício, descontado o valor da parcela eventualmente custeada pelo empregado de no máximo 20% do benefício.

Cálculo = (Valor diário do benefício x Total de dias trabalhados no mês) - Desconto previsto em convenção coletiva (se houver). Considerando 365 dias do ano e 250 dias



úteis de 2ª a 6ª (estimativa de 10 feriados nacionais/estaduais/municipais), totaliza-se uma média de 30,42 dias/mês e 21 dias úteis/mês.

Logo, considerar:

· 21 como total de dias trabalhados no mês para a jornada 44 horas semanais.

Ou, em caso de previsão de valor mensal para o benefício: Cálculo = Valor mensal do benefício.

Observação: Os postos de 30 horas não recebem o vale alimentação em conformidade com as determinações das convenções coletivas.

Item C – Assistência Médica e Familiar – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Programa de Assistência Familiar (PAF) e Programa de Assistência à Saúde do Trabalhador (PAST), os valores estão discriminados em cada planilha de custo.

Item D – Seguro de vida, invalidez e funeral – Corresponde ao valor referente ao custo com seguro de vida, invalidez e funeral, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, V da CLT), comprovado mediante apresentação da apólice de seguro. A importância do seguro de vida foi estimada com base nos valores praticados nas contratações vigentes neste Tribunal, alcançado o valor de R\$ 2,83.

Item E – Contribuição Assistencial Patronal (CAP) – Corresponde ao valor referente ao custo com a contribuição assistencial devida ao Sindicato Patronal, se houver previsão na convenção coletiva, os valores estão discriminados em cada planilha de custo. Havendo previsão de valor anual, por empregado, provisionar em 12 meses.

Item F – Programa de Assistência Odontológica – Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da



CLT). Também denominado de Programa de Assistência Odontológica (PAO), os valores estão discriminados em cada planilha de custo.

Item G - Programa de Qualificação e Marketing (PQM) - Corresponde ao valor referente ao custo com a utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, se houver previsão na convenção coletiva (art. 458, § 2º, IV, da CLT). Também denominado de Programa de Qualificação em Marketing (PQM), os valores estão discriminados em cada planilha de custo.

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1). Cabe ressaltar que estas provisões são fatos futuros e incertos, dependendo da real ocorrência e variando conforme a capacidade operacional de cada empresa, neste sentido temos:

Item A – Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador de receber o salário correspondente ao prazo do aviso, quando ocorrer rescisão do contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio (art. 7º, XXI da CF; art. 487, § 1º da CLT). Cálculo = $(1/12) \times$ Probabilidade de ocorrência de demissões com Aviso Prévio Indenizado no ano. Para fins de estimativa, considerou-se 1 mês de remuneração, provisionado por 12 meses, consideramos a probabilidade de 1% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado. Ainda há possibilidade de vários funcionários pedirem demissão no decorrer do contrato, e nestes casos não há pagamento de aviso indenizado pela parte da empresa e sim pelo empregado, além deste aviso ser pouco utilizado, ou seja, só há ocorrência em casos extremos.

Cálculo = $(1/12) \times 1\% = 0,08\%$



Item B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se da incidência do percentual de 8% do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – API (Súmula 305 do TST). Cálculo = 8% x Percentual do API (Item A) Cálculo = 8% x 0,08% = 0,01%

Item C – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS indenizado (40%) - (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicada sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

Cálculo = 40% x 8% x $[1 + 1/12 + (1/3) / 12 + 1/12]$ x 5% = 0,19%

Item D – Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador de faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos, na demissão com aviso prévio trabalhado, ao final do período de vigência do contrato (art. 7º, XXI da CF/88; art. 488 da CLT).

Cálculo = $[(7/30) / 12]$ x 2,00% = 0,04%

Considera-se a proporção dos 7 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada nos 12 meses de vigência contratual, para 2,00% dos empregados. Conforme orientações da portaria 07/2011 do MPLOG, bem como a possibilidade da dispensa do aviso trabalhado nas sucessões de uma empresa pela outra no final do contrato, o que é muito comum nas terceirizações garantindo o pleno emprego. Da mesma forma poderá ocorrer diversos pedidos de demissões que reduzem o percentual deste aviso.



Item E – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado –

Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado – APT (Súmula 305 do TST). Cálculo = Percentual do APT (Item D) x percentual total do Submódulo 2.2

Item F – Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado – Trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS indenizado (40%) - (Art. 18 da Lei n.º 8.036/90).

Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 100% dos funcionários que serão demitidos ao final do contrato.

Cálculo = $40\% \times 8\% \times (1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12) \times 100\% = 3,82\%$

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Este módulo refere-se ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. Os percentuais calculados incidirão sobre o Total da Remuneração (Módulo 1) e podem variar conforme dados estatísticos da empresa.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Item A – Substituto na cobertura de Férias – Corresponde ao custo de reposição em decorrência do período de férias de 30 (trinta) dias corridos, adquirido pelo empregado, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes (art. 7º, XVII da CF/88; arts. 129 a 153 da CLT).

Cálculo = $(1/11) \times 100 = 9,09\%$



Item B – Substituto na cobertura de Ausências Legais – Corresponde ao custo de reposição em decorrência das ausências ao trabalho asseguradas ao empregado: morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo; entre outros (arts. 131, I e 473 da CLT). Cálculo = $[(\text{Número estimado de ausências legais no ano}/30) / 12] \times 100$ Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 2,96 dias de ausência legal (Acórdão TCU 1753/2008), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

$$\text{Cálculo} = [(2,96/30) / 12] \times 100 = 0,82\%$$

Item C – Substituto na cobertura de Licença Paternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência do empregado por 5 (cinco) dias quando do nascimento de filho (art. 7º, XIX da CF/88; art. 10, § 1º do ADCT).

$$\text{Cálculo} = [(5/30) / 12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças paternidade no ano.}$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 5 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, com a estimativa de 1,5% dos empregados, por ano, usufruírem da licença paternidade, de acordo com o IBGE (Estudos do CNJ – Resolução 169/2013)

$$\text{Cálculo} = [(5/30) / 12] \times 1,5\% = 0,02\%$$

Item D – Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência pelos 15 (quinze) primeiros dias em que o empregado se encontra afastado por acidente de trabalho e a empresa contratada tem o dever de remunerá-lo. Após esse período, o ônus passa a ser do INSS (art. 131, III da CLT; art. 75 do Decreto n.º 3.048/99)

$$\text{Cálculo} = [(15/30) / 12] \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças por acidente de trabalho no ano.}$$



Para fins de estimativa, considerou-se a proporção dos 15 dias de ausência sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses, considerando a estimativa de 0,78% dos empregados, por ano, usufruírem da licença por acidente de trabalho, de acordo com o Ministério da Previdência de Assistência Social (Estudos do CNJ – Resolução 169/2013).

$$\text{Cálculo} = [(15/30) / 12] \times 0,78\% = 0,03\%$$

Item E – Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência da empregada por 120 (cento e vinte) dias quando do nascimento (adoção e guarda) de filho (art. 7º, XVIII da CF/88; art. 392 da CLT; arts. 71 a 73 da Lei nº 8.213/91; art. 86 da IN RFB nº 971/2009).

$$\text{Cálculo} = [(Férias + Adicional de Férias) / 12] \times \text{Meses de afastamento por licença maternidade} / 12 \times \text{Percentual de mulheres no tipo de serviço} \times \text{Probabilidade de ocorrência de licenças-maternidade no ano.}$$

Para fins de estimativa, considerou-se o custo efetivo de afastamento maternidade (apenas férias e adicional de férias, pois o INSS reembolsa o salário e o 13º salário da beneficiária), pelos 4 (quatro) meses de licença maternidade no ano, com a proporção de 95% de mulheres no serviço de limpeza e 16% no serviço de portaria, com estimativa de 2% das empregadas de cada categoria profissional, por ano, usufruírem da licença-maternidade, de acordo com o IBGE.

$$\text{Cálculo} = [(1 + 1/3) / 12] \times (4/12) \times 95\% \times 2\% = 0,07\% \text{ (servente)}$$

$$\text{Cálculo} = [(1 + 1/3) / 12] \times (4/12) \times 95\% \times 2\% = 0,07\% \text{ (portaria)}$$

Item F – Substituto na cobertura de Ausência por doença – Corresponde ao custo de reposição em decorrência da ausência por enfermidade (art. 131, III e 476 da CLT; art. 18, I e arts. 59 ao 63 da Lei nº 8.213/91).

$$\text{Cálculo} = [(\text{Número estimado de ausências por doença no ano} / 30) / 12] \times 100$$

Para fins de estimativa, considerou-se a proporção da média de 5,96 dias de ausência legal (Acórdão TCU 1753/2008), por ano, sobre os 30 dias de um mês comercial, provisionada em 12 meses.

$$\text{Cálculo} = [(5,96/30) / 12] \times 100 = 1,66\%$$



Item G – Substituto na cobertura de outras ausências (especificar) – Informar custos de reposição em decorrência de outras ausências não relacionadas nos itens anteriores, previstas em lei ou convenção coletiva, sem prejuízo do salário.

Item H – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente – Trata-se da incidência do Submódulo 2.2 sobre o custo de reposição dos itens A a G.

Cálculo = Percentual total dos Itens A a G do Submódulo 4.1 x percentual total do Submódulo 2.2

Submódulo 4.2 – Intra jornada

Item A – Intervalo para repouso ou alimentação –. Não se aplica.

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Este módulo consiste nos valores mensais, por empregado, dos uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços, detalhados no Termo de Referência. Todos os itens foram cotados com base nos nossos fornecedores e detalhados nas planilhas de composição de uniforme, EPI e materiais em anexo.

Item A – Uniformes – Corresponde ao custo mensal de todos os itens que compõem o conjunto dos uniformes, conforme quantidade e características/qualidade previstas no termo de referência e disposições da convenção coletiva da categoria.

Os valores foram definidos com base nos nossos fornecedores e detalhados nas planilhas de composição de uniforme em anexo

Cálculo = (Valor unitário de cada item do conjunto de uniformes x Quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano) / 12



Considera-se o valor unitário de cada item do conjunto de uniformes multiplicado pelo quantitativo de cada item do conjunto de uniformes a ser fornecido no ano, provisionado em 12 meses

Item B – Materiais – Corresponde ao custo mensal dos materiais utilizados diretamente na execução dos serviços, conforme quantidade e características /qualidade previstas no termo de referência.

Os valores foram definidos conforme valores informados pelos fornecedores e valores constantes nas planilhas, considerando o prazo de vida útil e a taxa anual de depreciação de equipamentos, definidos atualmente no Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017.

Cálculo = Valores em conformidade com fornecedores x Quantidade de unidades do item anual) /12 / Quantidade de empregados.

Considera-se o custo anual de todos os materiais, provisionado em 12 meses, por empregado.

Item C – Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – Corresponde ao custo mensal de todos os EPIs necessários à categoria profissional, conforme quantidade e características/qualidade previstas na Norma Regulamentadora nº 6 da Portaria nº 3.214/1978/MTE (atual Ministério do Trabalho e Previdência), no termo de referência e disposições da convenção coletiva da categoria.

Os valores foram conforme as planilhas apresentadas em anexo.

Os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, por se tratarem de dispositivo ou produto destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador, além do fornecimento anual mínimo, a Contratada deverá considerar a possibilidade de fornecimento dos EPIs a qualquer tempo, mediante constatação do surgimento de novo risco ou de dano ou extravio do equipamento.

Cálculo = Valor unitário de cada EPI x Quantitativo de cada EPI a ser fornecido no ano) / 12.



Considera-se o valor unitário de cada EPI multiplicado pelo quantitativo de cada EPI a ser fornecido no ano, provisionado em 12 meses

MÓDULO 6 - CUSTO INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

Este módulo refere-se aos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, por empregado, compreendendo eventuais custos não previstos expressamente nos módulos anteriores.

Item A – Custos Indiretos – Corresponde aos custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da Contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como os dispêndios relativos a funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; preposto; e seguros.

Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5).
Cálculo = (Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x Percentual de custos indiretos informado nas planilhas de custos.

Para fins de cotação, foi utilizado o percentual conforme apresentado nas planilhas de custos.

Item B – Lucro – Corresponde ao ganho decorrente da exploração da atividade econômica. Incidirá sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa (Módulos 1 a 5 e Item A do Módulo 6 - Custos Indiretos).

Cálculo = (Soma dos Módulos 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos Indiretos) x Percentual de lucro informado na planilha de custo.

Para fins de cotação foi utilizado o percentual para o lucro conforme percentual na planilha de custo.



Item C – Tributos

C.1 – Programa de Integração Social (PIS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 07/1970.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 1,65% (art. 2º da Lei nº 10.637/2002)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 0,65% (art. 8º, I da Lei nº 9.715/1998)

$$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) / [1 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISS})] \times \text{Alíquota PIS.}$$

As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa deverão cotar percentual que represente a média das alíquotas de PIS efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, conforme regras estabelecidas no edital, sendo assim, conforme informado na DCTF (anexo), o regime da empresa Conservo é Lucro Real, logo pelo regime da não cumulatividade, portanto foi apresentado em anexo o cálculo da média dos 12 últimos meses da apuração de PIS e COFINS

C.2 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Contribuição prevista no art. 195, I da Constituição Federal de 1988. Instituída pela Lei Complementar nº 70/1991.

Regime de incidência não-cumulativa: alíquota 7,60% (art. 10, I da Lei nº 10.833/2003)

Regime de incidência cumulativa: alíquota 3% (art. 8º da Lei nº 9.718/1998)

$$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) / [1 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISS})] \times \text{Alíquota COFINS.}$$



As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa deverão cotar percentual que represente a média das alíquotas de PIS efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, conforme regras estabelecidas no edital, sendo assim, conforme informado na DCTF (anexo), o regime da empresa Conserve é Lucro Real, logo pelo regime da não cumulatividade, portanto foi apresentado em anexo o cálculo da média dos 12 últimos meses da apuração de PIS e COFINS

C.3 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Imposto municipal previsto no art. 156, III da Constituição Federal de 1988. Disciplinado pela Lei Complementar nº 116/2003.

Alíquota definida pela legislação municipal do local da prestação do serviço, podendo variar entre 2% e 5% (art. 8º e 8º-A da LC nº 116/2003).

$$\text{Cálculo} = (\text{Soma dos Módulos 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3} + \text{Módulo 4} + \text{Módulo 5} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) / [1 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISS})] \times \text{Alíquota ISSQN}.$$

Desta forma foi cotado o percentual correspondente a cada município estando todos detalhados na planilha de custo.

Observação: Em conformidade com o item 8.2.4.4, informamos que estamos encaminhando as planilhas em formato Excel contendo dentro das células as metodologias de cálculos adotadas e também este arquivo em PDF contendo as explicações destes cálculos.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2022.

CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA

CNPJ: 17.027.806/0001-76

MÁRCIO VILANOVA MONKEN

ID: MG-5.081.852 – CPF: 811.530.826-91

SÓCIO ADMINISTRADOR